

ID: 120656509

18-12-2025

“Nunca foram atribuídos recursos para a manutenção” de residências

Andreia Sanches
e Cristiana Faria Moreira

“Cheque-residência” para que os estudantes pudessem escolher entre público e privado não foi consensual

O reitor da Universidade de Lisboa (UL), Luís Ferreira, concorda com a visão que o ministro da Educação tinha inicialmente apresentado para a gestão das residências de estudantes e lamenta que o governante tenha recuado depois de ela ter sido rejeitada por outras instituições de ensino superior. “Tenho pena.” A proposta inicial pode resumir-se da seguinte forma: em Lisboa, por exemplo, um bolseiro deslocado receberia na sua bolsa de estudo 500 euros para alojamento e podia escolher entre uma residência pública e um quarto privado; se escolhesse uma residência, a universidade que a gere podia cobrar-lhe mais do que os 90 euros que hoje estão tabelados para bolsieiros; isso dar-lhe-ia mais margem para apostar na melhoria dos serviços.

“Na UL temos 1400 camas e serão 2500 até ao final de 2026”, diz Luís Ferreira. “Posso cobrar 90 euros a cada bolsieiro. O custo real médio de cada cama em Lisboa é de 170 euros, incluindo água, limpeza, electricidade, lavagem de roupa, etc.” Com a proposta que Fernando Alexandre começou por fazer, “a universidade podia cobrar um valor mais próximo do custo real de cada cama, 190 euros, por exemplo”, porque o bolsieiro receberia mais do que isso. “O risco de ficar com vagas por ocupar não existe porque os preços no mercado privado nunca se aproximariam dos que podemos ter nas residências.”

Na terça-feira, Fernando Alexandre apresentou o novo modelo de acção social. Durante a sessão, em Lisboa, explicou que, na versão inicial do modelo, a componente do alojamento, para efeitos de cálculo de bolsa de estudo, era igual para estudantes que ficassem em residências ou que optassem (ou fossem obrigados a isso, por falta de vaga) pelo arrendamento privado. Defendeu que isso era importante para acabar com o “estigma” de que as residências são apenas para os mais pobres. Disse, depois, que esta mudança obrigaria a uma “nova forma de gerir as residências” por parte das universidades, e que “estes espaços teriam de ser suficientemente atractivos para conseguir trazer os alunos” de diferentes origens sociais. A proposta não foi, contudo, consen-



Responsáveis por instituições de ensino reagem às declarações do ministro sobre residências

sual entre as instituições, o que levou o ministro a recuar. Algumas tiveram receio de que as residências acabassem por ser preteridas pelos alunos, ficando vagas por ocupar.

Mas há mais nuances: “Podemos discutir, concordando ou não, este princípio da não-segregação, da liberdade de escolha, mas depois é preciso ver como é que ele se aplica. E a aplicação do princípio da liberdade de escolha põe em risco os contratos assinados pelas universidades no âmbito do PRR”, nota a reitora do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Maria de Lurdes Rodrigues.

Isto porque as instituições, à luz desses contratos, têm de dar prioridade aos bolsieiros nas novas residências. “No fundo, o que o senhor ministro diz é que as universidades têm de competir para atrair alunos para as suas residências. Mas já o fazemos.” Atrair estudantes internacionais, de Erasmus, ou em cursos de Verão é e será essencial para que as instituições consigam fazer face aos custos de manutenção das residências, uma vez que o montante cobrado aos estudantes bolsieiros – 91 euros – e os 40 euros que as instituições recebem do Estado, por cama, são “claramente insuficientes”. Se é “evidente que não se podem culpar os estudantes pobres pela degradação das residências”, também “não se podem culpar as universidades”, continua a ex-ministra da Educação (2005-2009). Até porque só em 2019 foi lançado o Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior. “Até 2019 não havia

uma política pública de residências. Nenhuma universidade gosta de ter uma residência degradada. Mas o facto é que nunca foram atribuídos às universidades recursos para poderem tratar da manutenção.”

E é justamente no momento em que estão “a fazer esse esforço” que a crítica do ministro surge: “Há um ataque às instituições, responsabilizando-as pela degradação a que algumas residências chegaram que não tem sentido porque não foram dadas condições financeiras às instituições para fazer melhor.” Embora admita ser necessário repensar o modelo de gestão das residências, “cada coisa a seu tempo”: “É um pouco precipitado imaginar que se vão mudar as coisas instituindo o cheque-residência.” De resto, “no essencial”, diz, os reitores apoiam a reforma do sistema de acção social apresentada pelo executivo.

Na UL, reconhece Luís Ferreira, ainda nem todas as residências têm a qualidade que deveriam ter. “As instituições de ensino continuam a ter quartos com três e quatro alunos, com beliches, etc. A qualidade tem de

melhorar.” O reitor admite ainda que um modelo que obriga os deslocados bolsieiros a candidatarem-se a residências não é o melhor. As “residências com pior qualidade” terão sempre a sua ocupação garantida.

É um sistema que, lamentou o ministro, “empurra os bolsieiros para as residências”. E assim continuará. Uma frase em particular gerou polémica: “Quando nós metemos pessoas que são basicamente todas de rendimentos mais baixos a beneficiar de um serviço público, nós sabemos que o serviço público se deteriora.”

Para a oposição, nomeadamente o PS, o ministro quis dizer que os alunos mais pobres degradaram as residências. O ministro desmentiu. O que quis dizer, afirmou, foi que residências ocupadas “apenas por bolsieiros” contribuem para que persistam “os riscos da falta de investimento das universidades e politécnicos, o que pode levar à degradação destes equipamentos”. Tanto os reitores da UL como do Iscte, como Luís Loures, presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos, admitem que o ministro possa não ter sido completamente claro, mas interpretaram as suas palavras exactamente como ele diz que foi sua intenção.

Mas Luís Loures não deixa de ser crítico. “As instituições estão subfinanciadas”, o que recebem do Estado “não é suficiente para fazer face à manutenção e melhoria das residências” pelo que o que tem de haver é “mais investimento em acção social”.

É preciso melhorar as residências, admite reitor da UL. Reitora do Iscte diz que instituições têm procurado captar verbas

ID: 120656509

18-12-2025

Ensino superior
“Nunca houve recursos para a manutenção” de residências

Sociedade, 18
